

Conselho de Administração

Marcio Fernando Nunes
Presidente
Carlise Kwiatkowski
Eduardo Fernandes Paim
Anderson Gil Ramos Bastos
Rafael Senna Santos Imbuzeiro

Conselho Fiscal

Samir Fouani
Presidente
Rogério Bezerra Lima
Sergio José de Barros

Diretoria Executiva

Luciano Pizzatto – Diretor Presidente
José Roberto Gomes Paes Leme – Diretor Técnico Comercial
Fábio Augusto Norcio – Diretor de Administração e Finanças

Contador

Marcelo Pereira da Silva
CRC-PR 034803/O-0

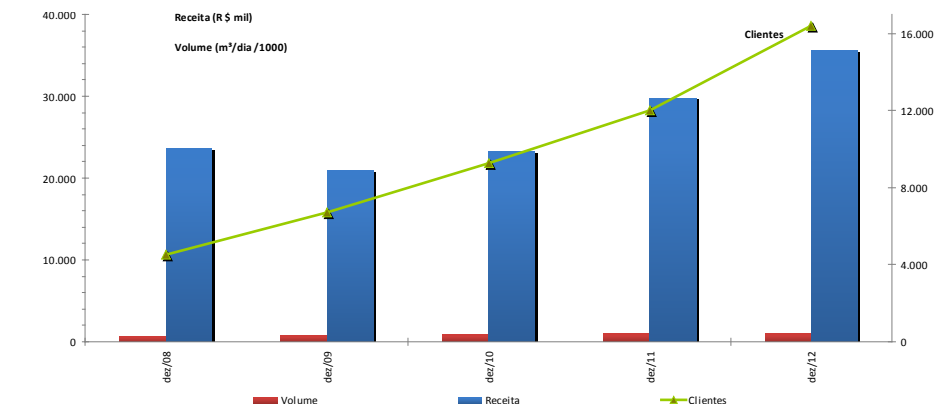
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2012

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.^{as} o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012.

Conjuntura Econômica

O consumo de gás natural no Brasil atingiu novos recordes em 2012. De acordo com levantamentos realizados pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), os recordes são resultados do acionamento das centrais térmicas, em virtude da situação hidrológica do país, da elevação do número de consumidores e do maior desenvolvimento industrial. No total, o volume de gás natural comercializado no país atingiu a média diária de 57 milhões de metros cúbicos. O cenário de crescimento e desenvolvimento também se repete no Paraná. Em 2012, a Compagas registrou alta no consumo de médio de gás natural. A média diária do volume comercializado ultrapassou a marca de 1 milhão de m³ - 1.021.690 m³/dia.



Clientes e Conquistas

A Compagas encerrou o ano de 2012 com resultados positivos nos segmentos atendidos. Em relação ao número de clientes, a companhia registrou aumento de 36,4% - em 2011 eram 12.025 e em 2012 foram 16.405, um acréscimo de 4.380 novos consumidores de gás natural. Em comparação a 2010, o crescimento foi ainda maior, de 76,6%.

Os investimentos, em 2012, foram intensificados para atender um número maior de consumidores. No segmento residencial, a Compagas iniciou suas operações fora de Curitiba, com os primeiros consumidores em Ponta Grossa, e na capital com o fornecimento aos bairros da Região Nordeste. Também implantou o Projeto Gás Natural Social para atender aos consumidores da habitação popular. Como inovação, desenvolveu o Projeto Piloto do sistema pré-pagamento - com isso, a Compagas tornou-se pioneira na aplicação da tecnologia entre as Américas, uma vez que o sistema é largamente utilizado nos países europeus. O preço do Gás Natural Veicular (GNV) se manteve altamente competitivo no Estado, frente ao etanol e à gasolina, sendo, desde o mês de maio, o 2º mais barato do país. Para contribuir com o desenvolvimento do mercado de GNV, a Compagas assinou um Acordo de Cooperação com a Fomento Paraná que disponibiliza recursos para a concessão de financiamento às empresas do setor de combustíveis, revendedores, oficinas reparadoras e/ou convertedoras e usuários do GNV.

Todas as ações foram realizadas com foco na ampliação do fornecimento do gás natural a mais regiões do Paraná e a novos consumidores, seguindo as diretrizes de auxiliar o Governo do Paraná a tornar o Estado atraente para novos e futuros investimentos e a missão de estadualização da companhia.

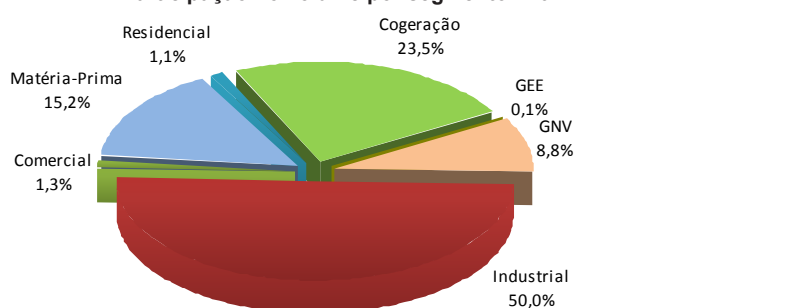
Desempenho dos Negócios

Em 31 de dezembro de 2012 a Compagas atendeu a 16.405 unidades consumidoras, sendo 128 indústrias, 40 postos de Gás Natural Veicular, 344 estabelecimentos comerciais, 15.888 residências, 2 empresas com cogeração, 1 empresa que utiliza o gás natural como matéria-prima, 1 empresa com geração de energia elétrica em horários de ponta e 1 que utiliza o gás para geração elétrica, a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA).

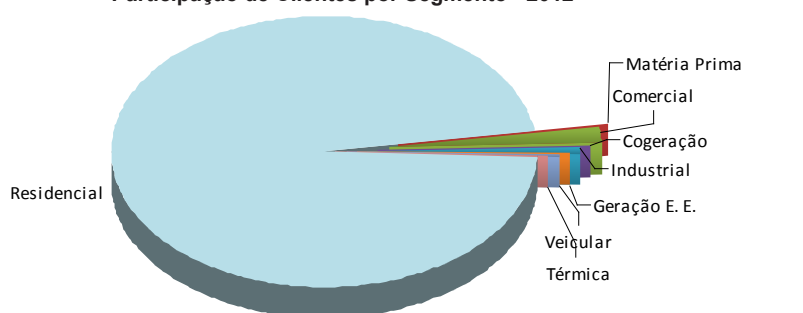
As vendas totais de gás foram de 1.021.690 m³/dia, assim distribuídas: industrial - 510.526 m³/dia; cogeração - 240.579 m³/dia; matéria-prima - 154.787 m³/dia; geração de energia elétrica - 863 m³/dia; veicular - 90.345 m³/dia; comercial - 13.174 m³/dia e residencial - 11.415 m³/dia. Em 2012, a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA) entrou em operação e teve um consumo médio de 1.023.868 m³/dia.

O EBITDA (lucro operacional antes do resultado financeiro, dos impostos, da depreciação e da amortização), incluindo o suprimento da UEG Araucária foi de R\$ 41.133 milhões, correspondendo a 12,3% sobre a receita operacional líquida. O resultado líquido da Companhia em 2012 foi de R\$ 20.755 milhões. Desconsiderando-se a UEG Araucária, o resultado líquido seria de R\$ 13.423 milhões.

Participação no volume por segmento - 2012



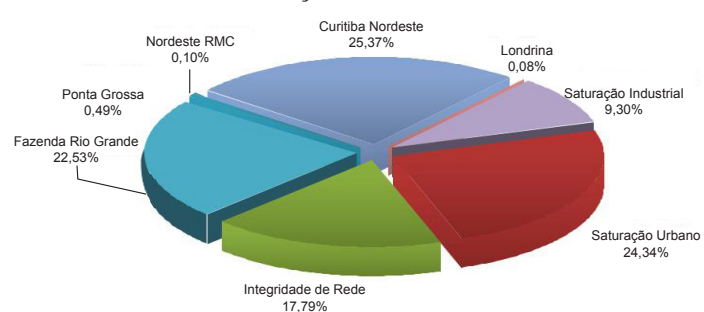
Participação de Clientes por Segmento - 2012



Investimentos

Em 2012, foram investidos mais de R\$ 30 milhões para a construção de 29 km de rede de distribuição de gás natural em obras de ramais de grande e pequeno porte. Os projetos incluem a construção da rede de distribuição em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, os ramais do projeto Curitiba Nordeste, além da saturação nos segmentos urbano e industrial e integridade da rede. Com isso, a rede possuía 574 km em 2011, passou a contar com 602 km em 2012. Além da rede, a Compagas investiu nas obras para ligação de clientes, agregando mais 4.350 clientes residenciais, 18 comerciais, 2 postos de GNV e 10 industriais.

Distribuição de Investimentos - 2012



Recursos Financeiros

O plano de investimentos em 2012 foi viabilizado pela geração própria de caixa.

Aspectos Ambientais

Em 2012, a Compagas, por meio da Assessoria de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS), obteve licenças prévias, de instalação e de operação da rede, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), para as cidades de Curitiba, Londrina, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo e Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária. Durante o ano, o SMS realizou a contratação do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA) do Projeto Ponta Grossa - Carambé e do Projeto Centro-Norte do Paraná, que visa ligar a rede na região das papelarias. Ambos estão em fase de execução.

No programa de Gerenciamento de Resíduos foram destinados para reciclagem ou encaminhados para destinação final correta 135 kg de pilhas e baterias, e 123 lâmpadas, 455 kg de sólidos contaminados, como estopas sujas, 54 kg de peças de computador (teclados, monitores, mouses e placas) e 50 kg de mídias, compreendendo fitas VHS, CDs e DVDs. Também foram coletados 620 kg de papel, depositados nas caixas azuis, e doados ao Programa do Voluntariado Paranaense - Provopar.

Indicadores Operacionais

TFCA = 0 - Taxa de frequência de acidentes com afastamentos (nº de acidentes com funcionários/milhão de hh)

TG = 0 - Taxa de Gravidade (nº de dias perdidos/milhão de hh)

DEG = 4 min - Duração equivalente de interrupção de gás (intervalo de tempo que cada consumidor sofreu descontinuidade no suprimento de gás)

FEG = 0,04 - Frequência equivalente de interrupção de gás (nº médio de interrupções em cada consumidor)

TAI = 26 min - Tempo de atendimento de interrupção (intervalo médio entre o horário da solicitação de atendimento da ocorrência e o horário de chegada ao local)

Perdas = 0,37% - Perdas de operação-manutenção (Percentual do volume faturado no ano)

Relações com a Comunidade e Responsabilidade Social

A segurança é uma das principais preocupações da Compagas, por isso, durante o ano de 2012, foram realizadas diversas ações para explicar as características do gás natural, os métodos de construção da rede, e os procedimentos de segurança adotados pela companhia. Como destaque do ano, está a continuidade do Programa de Prevenção de Danos por Ação de Terceiros na Rede de Distribuição de Gás Natural que tem o objetivo de explicar questões relativas à construção, operação, trajeto e segurança da rede de gás natural para evitar a interferência de terceiros com escavações que possam causar incidentes na rede, e assim, garantir a segurança da comunidade e o fornecimento contínuo de gás natural.

Também com foco em segurança, a Compagas executou o Programa de Comunicação nas Obras nas cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande e Campo Largo, nos bairros onde é realizada a instalação da rede de distribuição. As equipes percorreram os trechos de obras e realizaram a distribuição de mais de 2 mil cartas e informativos, com protocolos, aos moradores e comerciantes com informações sobre as obras e sobre o gás natural.

Com o objetivo de aproximar o gás natural e a Compagas da comunidade e para explicar, de forma divertida e lúdica, a origem, as características, utilizações e questões de segurança relacionadas ao combustível, a companhia executou, em 2012, o Programa de Comunicação com a Comunidade. Cerca de 12 mil alunos, de 6 a 10 anos, de escolas públicas e particulares dos municípios de Curitiba, Pinhais, Colombo, Quatro Barras e Campina Grande do Sul assistiram apresentações teatrais sobre a Compagas e o gás natural.

Para contribuir com a formação de crianças como agentes ambientais mirins, a Compagas apoiou a 24ª turma do programa "Guardiões da Natureza". Cerca de 40 alunos, com idade entre 10 e 14 anos, da Escola Municipal Alexandre Leon de Carvalho Bordas, de São José dos Pinhais, participaram do curso, aprendendo noções de cidadania, preservação do meio ambiente, reciclagem e respeito à fauna e à flora.

Na área de responsabilidade social, a Compagas, por meio do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), destinou parte do seu Imposto de Renda para o Projeto "Karatê em Ação - Paraná", realizado pela Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social.

No segmento da cultura, por intermédio da Lei Rouanet, contribuiu com o projeto "Duas Décadas de Arte Contemporânea", do Instituto Paranaense de Arte, que contou com uma exposição no Museu Oscar Niemeyer (MON), performances e intervenções urbanas em diversos bairros de Curitiba, além de um livro catálogo, palestras e ações educativas. O "Natal Encantado do Paraná", organizado pelo CMP Canal de Marketing em conjunto com o Provopar, também contou com o apoio da Compagas.

Pela Lei de Incentivo ao Esporte, a Compagas apoiou dois projetos, o "Vivendo o Rugby" e o Projeto de Formação de Atletas de Alto Rendimento.

Administração

A Compagas inaugurou, em dezembro, seu novo Centro de Operações e Administração. O local, situado na Rua Hasdrúbal Bellegard, nº 1.177, na Cidade Industrial de Curitiba, tem cerca de 45 mil m² de área total, com dois blocos administrativos, dois barracões e um refeitório, que totalizam uma área construída de aproximadamente 12 mil m², e conta com extensa área verde. O ambiente deverá ser um laboratório para as utilizações do gás natural, tais como climatização e cogeração de energia.

Além da infraestrutura, a Compagas investiu em treinamentos para o desenvolvimento de seus empregados. Ao longo de 2012 foram realizadas 4.706 horas de treinamento, obtendo-se uma média de 32 horas anuais por colaborador. Em relação ao quadro funcional, a Compagas encerrou 2012 com 143 funcionários.

Perspectivas e Desafios para 2013

Nos planos da companhia, a ampliação da rede de distribuição terá investimentos de R\$ 247 milhões até o final de 2014. O principal objetivo é interiorizar a utilização do gás natural pelo Estado através da execução de projetos em diversas regiões do Paraná.

Na região de Curitiba, entre os principais projetos estão as obras em Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba) e também na região nordeste da capital. Na sequência, o projeto deve seguir para a região metropolitana, com a construção da rede de distribuição para os municípios de Pinhais, Colombo, Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Nos Campos Gerais, a expansão da rede de distribuição de gás natural prevê 22 km de rede do trecho denominado Ponta Grossa II, com investimento de mais de R\$ 25 milhões, e 55,5 km no trecho denominado Carambé-Castro, no valor aproximado de R\$ 58 milhões, totalizando cerca de R\$ 83 milhões em investimentos para a região. No Norte do Estado, a estruturação de rede de distribuição em Londrina será iniciada no primeiro semestre de 2013, com a construção de 6,5 km de rede, com um custo de cerca de R\$ 7,2 milhões.

A companhia também realiza estudos para levar o gás natural canalizado aos municípios da Lapa e de São Mateus do Sul. Além disso, já iniciou as tratativas para a construção de um gasoduto de 110 quilômetros entre Paranaguá e Araucária, com custo estimado de R\$ 210 milhões. Além desses projetos, a Compagas pretende explorar os estudos de utilização do Biogás e continuar a ampliação do segmento residencial, com expectativa de atender mais de 24 mil domicílios até 2015.

Companhia Paranaense de Gás - Compagas
Demonstrações Financeiras Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e Relatório dos Auditores Independentes
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Sócios da
COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGÁS
Curitiba - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS ("Companhia"), que compreendem

balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Gás – COMPAGÁS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP-011.609/O-8 F-PR

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR-050.422/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011		Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.993	41.047	Fornecedores	10	45.872	43.054
Aplicação financeira		-	48	Financiamentos		-	48
Clientes	4	34.768	27.448	Obrigações sociais e tributárias	11	8.135	12.534
Clientes - Copel	5	5.324	5.267	Provisões trabalhistas e encargos sociais		3.712	2.284
Estoques		605	1.307	Dividendos a pagar	13.3	4.929	7.702
Estoque de gás - pulmão de rede		265	184	Outras obrigações		181	140
Créditos nas operações de venda de gás	6	554	361	Total do passivo circulante		62.829	65.762
Impostos a recuperar	7	4.864	3.335				
Devedores diversos		1.415	1.092				
Total do ativo circulante		83.788	80.089	NÃO CIRCULANTE			
				Benefícios a empregados	15	2.806	1.204
NÃO CIRCULANTE				Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	12	848	317
Clientes - Copel	5	5.266	10.533	IRPJ e CSSL diferidos	8	2.939	5.117
Créditos nas operações de venda de gás	6	12.279	11.982	Outras Obrigações		-	53
Impostos a recuperar	7	5.370	-	Total do passivo não circulante		6.593	6.691
Outros		477	493				
		23.392	23.008	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13.1	135.943	135.943
Intangível	9	184.548	175.836	Reserva legal	13.2	17.296	16.258
		184.548	175.836	Reserva de lucros não realizados	13.4	6.952	10.428
				Reserva de retenção de lucros		62.115	43.851
						222.306	206.480
Total do ativo não circulante		207.940	198.844				
TOTAL DO ATIVO		291.728	278.933	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		291.728	278.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	334.854	274.349
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	18	(270.788)	(204.923)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO ANTES DO RESULTADO DE CONSTRUÇÃO		64.066	69.426
Receita de construção	19	24.185	16.289
Custo de construção	19	(24.185)	(16.289)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		64.066	69.426
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(25.244)	(16.796)
Despesas comerciais	18	(12.223)	(10.226)
Outras receitas operacionais		766	925
		(36.701)	(26.097)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		27.365	43.329
Despesas financeiras	20	(3)	(530)
Receitas financeiras	20	4.341	6.684
Variações monetárias	20	30	28
		4.368	6.182
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		31.733	49.511
Corrente	8	(13.155)	(18.295)
Diferido	8	2.177	1.214
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.755	32.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros não realizados	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		135.943	14.636	30.195	13.904	-	194.678
Dividendos adicionais AGO e AGE de 26/04/2011				(12.926)			(12.926)
Realização da reserva de lucro				3.476	(3.476)		-
Lucro líquido do exercício	13					32.430	32.430
Destinações:							
. Reserva Legal			1.622			(1.622)	
. Dividendos	13.3					(7.702)	(7.702)
. Reserva de retenção de lucros				23.106		(23.106)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		135.943	16.258	43.851	10.428	-	206.480
Realização da reserva de lucro		-	-	3.476	(3.476)	-	-
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	-	20.755	20.755
Destinações:							
. Reserva Legal		-	1.038	-	-	(1.038)	-
. Dividendos	13.3	-	-	-	-	(4.929)	(4.929)
. Reserva de retenção de lucros				14.788		(14.788)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		135.943	17.296	62.115	6.952	-	222.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		20.755	32.430
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado nas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização	9	13.769	12.649
Impostos correntes e diferidos	8	10.978	17.081
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4	38	97
Provisão para ajuste de preço nas operações de compra de gás		(944)	(1.622)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e atuarial	12 e 15	2.133	(27)
Encargos financeiros		(59)	313
Resultado na baixa do intangível		48	44
		46.718	60.965
(Aumento) diminuição das contas do ativo:			
Clientes		(7.358)	(8.803)
Estoques		621	(146)
Adiantamentos a fornecedores		453	(313)
Impostos a recuperar		1.475	1.629
Clientes - Copel		5.267	5.267
Outros		(307)	(160)
Aumento (diminuição) das contas do passivo:			
Fornecedores de Gás e contas a pagar		2.818	16.730
Obrigações sociais e tributárias		2.026	816
Provisões trabalhistas e encargos sociais		1.428	(48)
Pagamento de juros		-	(331)
Adiantamento de Clientes		-	(549)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(19.580)	(25.779)
Outros		(12)	91
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		33.549	49.369
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Transferência da aplicação financeira para caixa e equivalente caixa		48	1.797
Aquisição de ativo intangível	9	(31.094)	(19.028)
Valor recebido na alienação do intangível		191	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(30.855)	(17.231)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(7.702)	(22.554)
Amortização de financiamentos		(46)	(6.306)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.748)	(28.860)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(5.054)	3.278
Caixa e equivalentes no início do período		41.047	37.769
Caixa e equivalentes no final do período		35.993	41.047
		(5.054)	3.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	31/12/2012		31/12/2011	
Receitas			446.516		365.312
Venda de produtos e serviços			424.101		350.218
(-) ICMS - substituição tributária			(2.535)		(2.121)
Outras receitas			24.950		17.215
Insumos adquiridos de terceiros			(366.338)		(272.404)
Custo das mercadorias e serviços vendidos			(337.941)		(252.093)
Materiais ,energia, serviços de terceiros e outros			(19.055)		(12.651)
Outros			(9.342)		(7.660)
Valor adicionado bruto			80.178		92.908
Depreciação e amortização	9		(13.769)		(12.649)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade			66.409		80.259
Valor adicionado recebido em transferência			4.371		6.712
Receitas financeiras	20		4.371		6.712
Valor Adicionado total a distribuir			70.780		86.971
Distribuição do valor adicionado			70.780		86.971
Pessoal			16.970		12.759
Remuneração direta			13.335		9.887
Benefícios			2.849		2.223
FGTS			786		649
Impostos, Taxas e Contribuições			30.554		40.128
Federais			20.578		26.784
Estaduais			9.754		13.336
Municipais			222		8
Remuneração de capitais de terceiros			2.501		1.654
Juros, multas e variações monetárias			3		530
Aluguéis			2.498		1.124
Remuneração de capitais próprios			20.755		32.430
Dividendos	16		4.929		7.702
Constituição de reserva legal			1.038		1.622
Lucros retidos			14.788		23.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDO EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)**

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	20.755	32.430
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	20.755	32.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FÍNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)**

1.CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista constituída em 06 de julho de 1994, com sede na Rua Hasdrúbal Bellegard, 1157, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal. A Companhia possui um Contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 6 de julho de 1994, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento da Concessionária. O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998, possui atualmente uma rede de distribuição de 602 km e conta com 150 empregados (134 em 2011).

2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1)Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2)Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a)Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b)Aplicações Financeiras

Registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo classificados como disponíveis para venda, que são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como mantido para negociação, empréstimos e recebíveis ou mantido até o vencimento.

c)Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado, que não incluem juros por serem de vencimento a curto prazo e contemplam os valores referentes ao fornecimento de gás não faturado até a data do balanço, pelo regime de competência.

d)Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas.

e)Contas a receber Copel

Companhia Paranaense de Energia - Copel – Em razão das características desse ativo, foi registrado pelo seu valor presente na data da transação, sendo seu valor atualizado pela taxa de juros Selic (taxa de desconto utilizada para ajuste ao valor presente) e reconhecido no resultado na rubrica “receita financeira”.

f)Intangível

(i)Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9.

(ii)Contrato de Concessão

A Companhia reconheceu como intangível, conforme determina o ICPC 01, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na nota explicativa nº 9. Adicionalmente, para fins de divulgação, os valores relativos a construção de infraestrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços ao Poder Concedente.

A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente da concessão, dos dois o menor. Para os ativos adquiridos dentro do prazo de 10 anos para término da concessão, a parte que será reembolsada pelo poder concedente será registrada como ativo financeiro e o restante classificado como intangível e amortizado pelo prazo de concessão.

g)Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço.

h)Imposto de renda e contribuição social

São provisionados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. Há o registro dos ativos e passivos referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos em decorrência de diferenças temporárias adicionadas ou

excluídas na determinação do lucro tributável.

i)Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil de determinados ativos e outras similares, provisão para perdas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

j)Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

k)Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l)Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável.

Mais especificamente, a receita de venda de gás é reconhecida quando o gás é entregue ao cliente.

m)Receita e custo de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 – Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização.

No caso da construção de infraestrutura, a receita é reconhecida no resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que a Administração entende que a construção de infraestrutura não é uma fonte de receita e, portanto, de resultado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

n)Instrumentos financeiros

Ativos - Registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo classificados entre: (a) mantido para negociação, onde foi adquirido ou originado principalmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo, sendo mensurado ao valor justo por meio do resultado; (b) mantido até o vencimento, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento; (c) disponíveis para venda, que são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como mantido para negociação, empréstimos e recebíveis ou mantido até o vencimento; e (d) contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como “Empréstimos e recebíveis”. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Os instrumentos financeiros passivos são classificados como “os outros passivos financeiros” e compreendem, basicamente, determinados empréstimos e financiamentos bancários de moeda nacional (não “protegidos” por instrumentos financeiros) e fornecedores. São mensurados ao custo amortizado considerando o método da taxa efetiva de juros, sendo registrados ao resultado dos exercícios de acordo com o período de competência sobre as rubricas de “Receitas Financeiras” ou “Despesas Financeiras”.

o)Plano de previdência e assistência a saúde

(i) – Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

O plano previdenciário chamado de “Plano III” é caracterizado pela acumulação de poupança na fase de atividade dos indivíduos, com reversão da poupança em renda no momento do direito a conquista do direito aos benefícios.

(ii) – Planos assistencial

O plano assistencial chamado de “Pró-saúde” é caracterizado pelo custeio mensal da patrocinadora e empregados, calculado de acordo com o regime de repartição anual, com características de transferência de custeio intergeracional, com avaliação de passivo a longo prazo para o período de pós emprego.

p)Divulgação das normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (CPC 26 (R1)) – apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Esta norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia;

IAS32 – Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2012	31/12/2011
No País		
Caixa e bancos	370	572
Aplicação financeira		
Fundo de investimento	3.592	22.533
CDB	32.031	17.942
Total das disponibilidades	35.993	41.047

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2012 é de 8,39% (10,64% em 31 de dezembro de 2011).

4.CLIENTES

	31/12/2012	31/12/2011
Distribuição de gás canalizado	35.606	28.248
(-) Provisão para perdas	(838)	(800)
Total	34.768	27.448

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias.

	31/12/2012	31/12/2011
Movimentação na provisão para perdas de créditos		
Saldo no início do exercício	(800)	(703)
Constituição de provisão no exercício	(171)	(97)
Valores recuperados durante o exercício	133	-
Saldo no fim do exercício	(838)	(800)

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	33.070	26.760
Vencidos até 60 dias	1.455	458
Vencidos de 61 até 180 dias	116	137
Vencidos acima de 181 dias	965	893
Total	35.606	28.248

	31/12/2012	31/12/2011
Companhia Paranaense de Energia - Copel	<u>10.590</u>	<u>15.800</u>
Ativo circulante	5.324	5.267
Ativo não circulante	5.266	10.533
Créditos de "Ship/Take or Pay" – Gás (*)	12.279	11.982
Créditos nas operações de venda de gás	554	361
Total	<u>12.833</u>	<u>12.343</u>
Ativo circulante	554	361
Ativo não circulante	12.279	11.982

Refere-se à margem de distribuição no fornecimento de gás para a usina termoeletrica de Araucária ocorrido até 2005. Em 24 de novembro de 2006 foi assinado um contrato de transação extrajudicial com confissão de dívida no qual a Companhia Paranaense de Energia - Copel reconheceu o montante de R\$ 26.334 como obrigação para com a COMPAGAS. Neste contrato de reconhecimento de dívida, as partes acordaram que o valor de R\$ 26.334 seria pago pela Companhia Paranaense de Energia - Copel a partir de 01 de janeiro de 2010 em 60 parcelas, sendo o saldo corrigido pela taxa SELIC a partir desta data. Até 31 de dezembro de 2012 foi recebido o montante de R\$ 15.800 (Valor equivalente ao principal acima apresentado), acrescido da correção.

6. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA DE GÁS

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos de "Ship/Take or Pay" – Gás (*)	12.279	11.982
Créditos nas operações de venda de gás	554	361
Total	<u>12.833</u>	<u>12.343</u>
Ativo circulante	554	361
Ativo não circulante	12.279	11.982

(*)Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Este saldo é corrigido mensalmente, atualizando o valor de recuperação.

Ano	Valor original a compensar
2008	2.052
2009	4.251
2010	3.485
2011	467
Totais	<u>10.255</u>

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2012 será efetuada integralmente. Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2013	1.174
2014	68
2015	-
2016	1.692
2017	1.856
2018	2.104
2019	2.538
2020	2.847
Totais	<u>12.279</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

O saldo da conta é composto por:

	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ e CSLL a compensar	1.668	1.982
IRRF a compensar	656	787
PIS	1.329	-
COFINS	6.120	-
Outros tributos a compensar	461	566
Total	<u>10.234</u>	<u>3.335</u>
Circulante	4.864	3.335
Não circulante	5.370	-

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar são provenientes dos recolhimentos efetuados pelo critério de estimativa mensal e o saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras.

Os valores de Pis e Cofins a compensar são decorrentes dos créditos destas contribuições apuradas sobre os valores de construção da rede de gás e benfeitorias em bens de terceiros. A partir de 30/09/2012 a Companhia passou a compensar o PIS e o COFINS, conforme disposto na Instrução Normativa 457/04, mediante a aplicação das alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente sobre a parcela de 1/48 avos do valor de aquisição destes bens.

8. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2012	31/12/2011
Corrente		
Imposto de Renda	(9.575)	(13.338)
Contribuição Social	(3.580)	(4.957)
Total do IRPJ e CSLL corrente	<u>(13.155)</u>	<u>(18.295)</u>
Diferido		
Imposto de Renda	1.602	894
Contribuição Social	575	320
Total do IRPJ e CSLL diferido	<u>2.177</u>	<u>1.214</u>
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(10.978)</u>	<u>(17.081)</u>

a) Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda – IRPJ e contribuição social – CSLL:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	31.733	49.511
Impostos à alíquota teórica de 34%	(10.789)	(16.834)
Adições e exclusões permanentes:		
Adições – despesas indedutíveis	(535)	(657)
Incentivos Fiscais	346	410
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(10.978)</u>	<u>(17.081)</u>

Os saldos das contas são compostos por:

	31/12/2012	31/12/2011
Adições temporárias		
Provisão atuarial	2.806	1.204
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	848	317
Reversão do ativo diferido	48	96
Base de cálculo IRPJ e CSLL	<u>3.702</u>	<u>1.617</u>
Alíquota utilizada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias	<u>1.259</u>	<u>550</u>
Exclusões temporárias		
Contas a receber da Companhia Paranaense de Energia – Copel	(10.533)*	(15.800)
Reversão de provisão de créditos nas operações de aquisição gás	(1.812)	(868)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(12.345)	(16.668)
Alíquota utilizada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre exclusões temporárias	(4.198)	(5.667)
	<u>(2.939)</u>	<u>(5.117)</u>

Para fins de tributação do imposto de renda e contribuição social, a receita referente a transação extrajudicial com confissão de dívida junto a Copel (nota 5), foi diferida conforme artigo 409 do RIR/99.

Os créditos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 2.177 (R\$ 1.214 em 31/12/2011).

(*)Este valor é referente ao principal da dívida.

9. INTANGÍVEL

9.1. Composição

	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2011	Movimentações - 2011			Saldo em 31/12/2010
			Adições	Transferências	Baixas	
Intangível em serviço						
Software e outros						
Softwares	5 a 10	4.053	581	-	-	3.472
Marcas e patentes		20	-	-	-	20
Amortização acumulada		(2.526)	(365)	-	-	(2.161)
		1.547	216	-	-	1.331
Contrato de Concessão						
Gasodutos	30	153.558	-	4.361	-	149.197
Equip. operação gasoduto	10	40.793	476	(1.743)	(44)	42.104
Benfeitorias em Bens 3's	2 a 10	1.157	146	-	-	1.011
Móveis e Utensílios	10	849	42	3	-	804
Equip. de Informática	5	1.815	321	(3)	-	1.497
Veículos	5	1.758	604	-	-	1.154
Amortização acumulada		(74.322)	(12.284)	-	-	(62.038)
		125.608	(10.695)	2.618	(44)	133.729
Total do intangível em serviço		127.155	(10.479)	2.618	(44)	135.060
Intangível em formação						
Contrato de Concessão						
Obras em andamento		48.681	16.858	(2.618)	-	34.441
Total do intangível em formação		48.681	16.858	(2.618)	-	34.441
Total do intangível		175.836	6.379	-	(44)	169.501

	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2012	Movimentações - 2012			Saldo em 31/12/2011
			Adições	Transferências	Baixas	
Intangível em serviço						
Software e outros						
Softwares	5 a 10	4.071	18	-	-	4.053
Marcas e patentes outros		20	-	-	-	20
Amortização acumulada		(2.905)	(379)	-	-	(2.526)
		1.186	(361)	-	-	1.547
Contrato de Concessão						
Gasodutos	10	171.237	-	24.426	(6.747)	153.558
Equip. operação gasoduto	10	41.259	392	1.767	(1.693)	40.793
Benfeitorias em Bens 3's	2 a 10	1.173	16	-	-	1.157
Móveis e Utensílios	10	796	44	(32)	(65)	849
Equip. de Informática	10	1.580	64	32	(331)	1.815
Veículos	10	1.398	73	-	(433)	1.758
Amortização acumulada		(86.919)	(13.390)	-	793	(74.322)
		130.524	(12.801)	26.193	(8.476)	125.608
Total do intangível em serviço		131.710	(13.162)	26.193	(8.476)	127.155
Intangível em formação						
Contrato de Concessão						
Obras em andamento		52.838	31.047	(26.193)	(697)	48.681
Total do intangível em formação		52.838	31.047	(26.193)	(697)	48.681
Total do intangível		184.548	17.885	-	(9.173)	175.836

O Intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço quando da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

Os prédios da sede administrativa e as bases operacionais são alugados de terceiros, cujos contratos vencerão em 2013 e 2017. A Companhia tem um custo mensal com estes aluguéis de R\$ 210 aproximadamente.

9.2. Indenização

De acordo com o Contrato de Concessão, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição amortizado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro a partir de julho de 2014.

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi editado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo órgão regulador leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento que alterou a remuneração supracitado e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior a concessão, indiferente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual

estimado pela Companhia é de R\$ 53.615 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2012. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do Contrato de Concessão.

do exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram distribuídos dividendos antecipados. Os dividendos estão assim demonstrados:

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedor de gás – Petrobras	43.681	40.698
Fornecedores de materiais e serviços no país	2.191	2.356
	<u>45.872</u>	<u>43.054</u>

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

O saldo dessa conta é composto por:

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda	5.537	9.877
Contribuição social sobre lucro líquido	-	417
Cofins	505	481
Pis	110	104
Imposto de renda retido na fonte	507	293
ICMS	1.038	1.036
INSS	326	246
FGTS	111	79
Outros impostos	1	1
	<u>8.135</u>	<u>12.534</u>

12. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

12.1. Ações prováveis:

Natureza	31/12/2012	Provisão / (reversão)	Valor pago	31/12/2011	Provisão / (reversão)	Valor pago	31/12/2010
Trabalhistas (12.1.1)	582	884	(552)	250	(73)	-	323
Cíveis (12.1.2)	266	199	-	67	7	-	60
Valor líquido das provisões para litígios	<u>848</u>	<u>1.083</u>	<u>(552)</u>	<u>317</u>	<u>(66)</u>	<u>-</u>	<u>383</u>

12.1.1. Trabalhistas

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se principalmente ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

12.1.2. Cíveis

As ações cíveis nas quais a Companhia é relacionada referem-se principalmente a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

12.2. Ações possíveis:

Natureza	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas(12.2.1)	911	749
Fiscais (12.2.2)	1.285	1.057
Cíveis (12.2.3)	45.795	73.670
Valor líquido das provisões para litígios	<u>47.991</u>	<u>75.476</u>

12.2.1. Trabalhistas

Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2012, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 911 (R\$ 749 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

12.2.2. Fiscais

Decorrente de notificações fiscais relativo a Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 1.285 (R\$ 1.057 em 31 de dezembro de 2011). Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é possível.

12.2.3. Cíveis

Demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. Em 31 de dezembro de 2012 o montante estimado como perda possível relativo as demandas cíveis era aproximadamente R\$ 45.795 (R\$ 73.670 em 31 de dezembro de 2011), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

Com relação ao principal processo em aberto, em 20 de outubro de 2011, houve o julgamento do Recurso Especial 904813/PR pela Terceira Turma do STJ, compreendendo a Ação Declaratória de Nulidade de Compromisso Arbitral. Tal Compromisso refere-se a contrato firmado para construção de um conjunto de fornecimentos que incluía serviços de detalhamento de projetos, fornecimento de materiais e equipamentos e a execução de rede de distribuição de gás em Curitiba e diversos municípios do Paraná. O julgamento na esfera cível negou provimento ao Recurso Especial da Companhia e manteve a validade do juízo arbitral, o qual foi publicado no diário da justiça eletrônico no dia 28 de fevereiro de 2012. A Companhia protocolou embargos de declaração no dia 04 de março de 2012.

Entretanto, de acordo com o prognóstico efetuado pelos assessores legais, com base nas notas obtidas na sessão do julgamento, a Companhia constata a possibilidade de manejo de recurso capaz de alterar a decisão até então desfavorável quanto à tese. Segundo os mesmos, a probabilidade de perda ainda é possível e a estimativa de valores para eventual desfecho desfavorável é considerada prematura e inexistente (o valor original é de aproximadamente R\$ 5,7 milhões, o qual atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 42 milhões, de acordo com a expectativa da administração e posição dos assessores jurídicos).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$ 135.943 representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 4,04 cada, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em assembleia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia-Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A – Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
	<u>100,00%</u>	<u>11.200.000</u>	<u>22.400.000</u>	<u>33.600.000</u>

13.2. Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

13.3. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 35), aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	20.755	32.430
(-) Reserva legal	(1.038)	(1.622)
Lucro base para cálculo de dividendos	<u>19.717</u>	<u>30.808</u>
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar no final do exercício	4.929	7.702

13.4. Reserva de lucros não realizados financeiramente

A Companhia constituiu a reserva de lucros não realizados financeiramente com base no valor a receber da Companhia Paranaense de Energia – Copel de R\$ 6.952 (R\$ 10.428 em 31 de dezembro de 2011), líquida do IRPJ e da CSSL incidentes sobre a margem de distribuição ainda não realizada financeiramente, relativa ao contrato de fornecimento de gás à UEG – Araucária, da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Companhia Paranaense de Energia – Copel	10.533	15.800
IRPJ e CSSL (34%)	(3.581)	(5.372)
Saldo da Reserva de Lucros a realizar	6.952	10.428

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

14.1. A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar	-	-	2.514	3.928	-	-
Contas a receber	10.590	15.943	-	-	1.077	2.009
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro						
Dividendos a pagar	-	-	1.208	1.887	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Dividendos a pagar	-	-	1.208	1.887	-	-
Empregados cedidos	-	-	-	27	319	332
Outras partes relacionadas						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras						
Ship/Take or Pay	12.279	11.982	-	-	-	-
Aquisição de gás para revenda	-	-	43.681	40.698	(247.673)	(186.833)
Prestação de serviço de transporte					11.089	416
Empregados cedidos	-	-	-	-	318	357
Petrobras Distribuidora S.A. - Petrobras						
Receita com venda de gás	286	271	-	-	7.399	5.326
Outras receitas					5	-
Petrobras Distribuidora S.A. - BR Asfaltos						
Receita com venda de gás	7	13	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	64	18
BNDES e BNDESPAR						
Financiamentos	-	-	-	48	2	(313)

(*)O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

14.2. Remuneração dos Administradores

A ata da 63ª e 64ª Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2012, fixou para o ano de 2012 o montante para remuneração anual dos Administradores de R\$ 1.414 (R\$ 1.358 em 2011) e para remuneração anual do Conselho Fiscal o montante de R\$ 154 (R\$ 106 em 2011).

Os valores pagos no período na forma de remuneração sem vínculo empregatício, referente aos Administradores e do e membros do Conselho Fiscal foram de R\$ 1.199 e R\$ 128 (R\$ 1.171 e R\$ 89 até dezembro de 2011), respectivamente.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos.

• Plano de benefício previdenciário

• Plano de benefício assistencial

Balanco patrimonial e resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2012 o valor provisionado era de R\$ 2.806 (R\$ 1.204 em 31 de dezembro de 2011) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano previdência	Plano de assistência saúde	Total 2012	Total 2011
Valor presente das obrigações totais	11.687	2.806	14.493	11.847
Valor justo dos ativos	(11.687)	-	(11.687)	(10.643)
Obrigações a descoberto	<u>-</u>	<u>2.806</u>	<u>2.806</u>	<u>1.204</u>

15.1. Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida(CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da empresa é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2012, data do último cálculo atuarial, não há obrigação a ser reconhecida.

Os valores de despesa reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2012	2011
Plano de previdência (CD)	909	719
	<u>909</u>	<u>719</u>

15.2. Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

a) Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde:

	2012	2011
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	3.358	1.164
Custo do serviço corrente e juros	362	192
(Ganho)/perda atuarial	(914)	2.002
	<u>2.806</u>	<u>3.358</u>

	2013
Custo do serviço	182
Custo dos juros	256
	438

c) Mutações do passivo (ativo) dos benefícios pós-emprego

	31/12/2012	31/12/2011
Custo os benefícios no início do exercício	1.204	1.010
Custo periódico líquido	922	412
Contribuições patronais	(534)	(412)
(Ganhos) ou perdas atuariais	(1.015)	2.195
Amortizações de (ganhos) ou perdas	2.154	-
Ajuste de plano de benefício	75	(2.001)
Custo os benefícios no fim do exercício	2.806	1.204

15.3. Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Ativos			
Número de participantes ativos:	141	125	116
Idade média em anos:	38,94	38,90	37,78
Serviço creditado total	6,02	5,90	5,62
Tempo para aposentadoria	17,56	17,80	20,67
Renda média em R\$	6.513,67	5.533,13	5.283,25
Aposentados			
Número de participantes aposentados:	1	1	1
Idade média em anos:	51,79	50,30	49,32
Benefício médio em R\$	958,30	903,79	825,30
População total	142	126	117

HIPÓTESES ECONÔMICAS

Taxa de anual de juro atuarial real (Previdência/Saúde)	3,50% / 3,60%
Taxa anual de inflação projetada	5,20%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	97,4%

HIPÓTESES ATUARIAIS

Taxa de rotatividade	0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 83
Tábua de invalidez	LIGHT média
% de casados na data de aposentadoria	90%
Diferença de idade entre homens e mulheres	Real (ou 4 anos)

16. SEGUROS

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Data de vigência	Importância Segurada R\$	Prêmio pago
Riscos operacionais	30/09/2012 a 30/09/2013	4.200	191
Bens do ativo intangível	20/09/2012 a 19/09/2013	7.027	20

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas		
Receita de vendas de gás	413.012	349.802
Receita de serviços	11.089	416
Impostos sobre vendas	(89.247)	(75.869)
Receita líquida	334.854	274.349

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2012	31/12/2011
Locações	(2.498)	(1.124)
Compra de gás natural	(247.673)	(186.833)
Distribuição de gás	750	(177)
Pessoal	(20.441)	(15.283)
Despesas gerais	(6.835)	(2.981)
Materiais	(1.054)	(884)
Serviços de terceiros	(15.734)	(11.655)
Tributos e taxas fiscais	(320)	(359)
Amortização	(13.769)	(12.649)
	(307.575)	(231.945)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(270.788)	(204.923)
Despesas Administrativas	(24.564)	(16.796)
Despesas com Vendas	(12.223)	(10.226)
Total dos Custos e Despesas por Natureza	(307.575)	(231.945)

19. RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

A Companhia registrou receita e custo de construção de acordo com a nota 2 item m. A Compagas não tem a construção de gasodutos como atividade fim e não auferiu receitas decorrentes desta operação. Para a construção de gasodutos a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, deste modo a construção se apresenta integralmente para a empresa como um encargo contratual de colocação de ativos à disposição para a execução do objeto da exploração dos serviços de distribuição de gás natural.

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	24.185	16.289
Custos de construção	(24.185)	(16.289)
Receita líquida	-	-

20. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas Financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos/financiamentos - moeda nacional	2	(313)
Outras despesas financeiras	(5)	(217)
Total	(3)	(530)
Receitas Financeiras:		
Variações monetárias ativas	30	28
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.726	3.531
Juros e outras	1.615	3.153
Total	4.371	6.712
Total líquido	4.368	6.182

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado

Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores. O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas

21.1. Categoria de instrumentos financeiros

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	35.993	41.047
Clientes	34.768	27.448
Contas a receber - Copel	10.590	15.800
Passivos Financeiros		
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	-	48
Fornecedores - aquisição de gás	43.681	40.698
Outros fornecedores	2.191	2.356

21.2. Fatores de Risco

a) Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	35.993	41.047
Clientes (ii)	34.768	27.448
Contas a receber Copel (ii)	10.590	15.800
Total	81.351	84.295

i. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa de R\$ 35.993 em 2012 (R\$ 41.047 em 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota 3.

ii. Clientes

Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível.

Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi estabelecida no valor de R\$ 838 (em 2011, R\$ 800) e representa 2,3% (em 2011, 2,8%) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. Os vencimentos e movimentação da provisão está demonstrada na nota 4. Devido ao acompanhamento das contas a receber e a política de cobrança, o índice de inadimplência apresenta o valor médio de 2,7 % (em 2011, 3,11%).

b) Risco de mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

i. Risco de taxa de câmbio

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais(R\$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível.

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	31/12/2012 Exposição líquida
Fornecedores	-	-	-
Aquisição de gás	-	43.681	43.681
	-	43.681	43.681

	Ativo	Passivo	31/12/2011 Exposição líquida
Fornecedores	-	-	-
Aquisição de gás	-	40.698	40.698
	-	40.698	40.698

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos.

A Companhia não opera com derivativos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas informações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	35.993	-	-	-	35.993
Clientes	34.768	-	-	-	34.768
Contas a receber - Copel	5.324	5.266	-	-	10.590
	76.085	5.266	-	-	81.351
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	45.872	-	-	-	45.872
	45.872	-	-	-	45.872
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	41.047	-	-	-	41.047
Clientes	27.448	-	-	-	27.448
Contas a receber - Copel	5.267	10.533	-	-	15.800
	73.762	10.533	-	-	84.295
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	43.054	-	-	-	43.054
	43.054	-	-	-	43.054

d) Risco de não renovação da concessão

A Companhia detém concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado com a expectativa, pela Administração, de que seja prorrogada pelo Poder Concedente.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Sociedade em 26 de fevereiro de 2013.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPAGAS

Exercício de 2012

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer favorável da Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 19 de fevereiro de 2013, emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos acionistas da COMPAGAS.-x-x-

Curitiba, 15 de março de 2013.

Samir Fouani

Sérgio José de Barros

Rogério Bezerra Lima